



EMPREENDEDORISMO E O NOVO ENSINO MÉDIO: A ATUAÇÃO DA ONG JUNIOR ACHIEVEMENT NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Entrepreneurship and the New High School: Junior Achievement's Intervention in the State Education System of Rio de Janeiro

Barbara Bueno de Castro Silva¹

Carlos Soares Barbosa²

Resumo: O presente artigo teve o objetivo de analisar a forma como o setor empresarial atua para difundir o empreendedorismo entre os estudantes do Ensino Médio da rede estadual de educação do Rio de Janeiro. Para tal intento, privilegia as ações desenvolvidas pela ONG “Junior Achievement”, financiada por um grupo de empresários e que, desde 2014, desenvolve o “Projeto Trilha Empreendedora”, que prevê a aplicação de uma sequência de programas sobre empreendedorismo no currículo do Ensino Médio da referida rede de ensino. A questão norteadora do estudo foi a seguinte: considerando as condições objetivas de produção/reprodução da existência dos jovens fluminenses, agravadas no atual contexto político e socioeconômico, quais as finalidades do estímulo ao empreendedorismo aos estudantes do Ensino Médio da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro? Trata-se de pesquisa bibliográfica e qualitativa, fundamentada no método do materialismo histórico e dialético, que teve como *corpus* de análise os informativos do “Projeto Trilha Empreendedora” disponibilizados no sítio eletrônico da referida ONG. Os resultados indicam que a ideologia do empreendedorismo, além de conformar os jovens para as novas relações flexíveis de trabalho, contribui para abrandar os antagonismos de classes, induzindo o trabalhador a acreditar ter maior autonomia para gerenciar seu tempo de lazer e de trabalho. Ao incentivar os jovens a uma atitude proativa na resolução dos problemas, individual ou das comunidades, o empreendedorismo social é um novo meio de gerir a pobreza, o que contribui para manter a coesão social e a governabilidade.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Privatização. Reforma do Ensino Médio.

Abstract: The current work seeks to analyze how the business sector acts to disseminate the entrepreneurship ideology between the students of the state education system of Rio de Janeiro. To this end, favors the developed acts by NGO “Junior Achievement”, which was funded through a group business people and since 2014 develops the “Entrepreneurial Track Project”, providing for the application of a sequence of entrepreneurship programs in the high school curriculum of the referred educational system. The question about this study is: considering the objective conditions of production/reproduction of the fluminense’s youth existence,

¹ Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Professora da educação básica da Rede Municipal de Araruama. E-mail: barbarabueno@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3287-2826>.

² Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação: processos formativos e desigualdades sociais (FFP-UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). E-mail: profcarlossoares@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4519-5174>.

aggravated in the current political and socioeconomic context, what are the purposes of encouraging entrepreneurship to the public's High School students of Rio de Janeiro? This is a bibliographic and qualitative research, based on dialectical and historical materialism method, which has in the corpus of the analysis the “Entrepreneurial Track Project”’s informational contents on disposal of the NGO website. The results indicate that the entrepreneurship ideology in addition to conform the students to the new flexible labour relations contributes to soften the classes antagonisms, tricking the worker into thinking they have more autonomy to manage their time for leisure and work. By encouraging the young people to a proactive attitude in problem-solving, individual or of communities, the social entrepreneurship contribute to keep the social cohesion and the governability.

Keywords: Entrepreneurship. Privatization. High School Reform.

1 Introdução

O debate sobre a reforma do Ensino Médio, exarada pela Lei nº 13.415/2017, tem adquirido relevância significativa no meio acadêmico, no interior das escolas e conquistado significativo lastro social ao ser propagado nos diferentes aparelhos midiáticos do país. São muitos os aspectos da Lei que provocam posicionamentos divergentes entre os membros da comunidade científica, estudantes, professores e suas entidades representativas. Entre os pontos de tensão, constam a “nova” organização curricular, o esvaziamento dos fundamentos científicos, a ampliação da carga horária escolar, o simulacro de educação integral e o favorecimento às parcerias público-privadas. Soma-se a isso a forma autoritária, impositiva e acelerada como a reforma foi instituída – por meio da Medida Provisória nº 746/2016 –anuncia a importância estratégica da educação para a consolidação do projeto político e econômico conservador em execução no país a partir do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016 (LEHER, 2020). A compreensão da Reforma Educacional em uma conjuntura de retomada dos ataques aos direitos, materializada por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e da Reforma da Previdência (EC nº 06/2019), entre outras, possibilita-nos desvelar a direção ético-política da formação destinada aos jovens trabalhadores do país.

No discurso governamental e dos defensores da reforma, uma “nova” matriz curricular para o Ensino Médio aparecia como a solução mágica para se combater o desinteresse e a desmotivação dos jovens pela escola, tidos como os principais causadores da evasão escolar e dos baixos resultados nas avaliações externas (nacionais e internacionais), desconsiderando, propositalmente, a interferência das estruturas econômicas e sociais nessas ocorrências. Para os reformistas, um currículo mais flexível e organicamente vinculado à nova configuração do mundo do trabalho provocado pelo avanço das tecnologias da informação e da comunicação é a forma de tornar o Ensino Médio mais interessante e resolver a “crise da audiência” da escola (INSTITUTO UNIBANCO, 2008).

Sendo assim, a nova organização curricular para o Ensino Médio é constituída por duas partes: uma comum a todos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com carga horária de até mil e oitocentas (1.800) horas, e uma parte flexível e diversificada, composta pelos itinerários formativos, com carga horária total de mil e duzentas (1.200) horas. De acordo com o Art. 4º da Lei nº 13.415/2017, os itinerários formativos deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino. Os itinerários são: I - linguagens e suas tecnologias; II- matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional. A organização dessas áreas e

das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 2017).

Investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção cultural e empreendedorismo são os quatro eixos dos itinerários formativos, conforme prevê a Resolução CNE/CEB nº 3/2018. Dentre esses eixos, o empreendedorismo é o que recebe maior atenção por parte das redes públicas de ensino, embora seja estimulado, desde a década de 1990, por distintas organizações da sociedade civil – momento quando a atuação dessas organizações avançou significativamente na área educacional em decorrência das parcerias público-privadas e do processo de desregulamentação e de descentralização, viabilizados pela reforma do aparelho do Estado e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), aprovada em pleno contexto de implementação da agenda neoliberal no Brasil.

Os cursos de qualificação profissional executados no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), durante os Governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), são exemplos da atuação de distintas organizações sociais na formação dos jovens trabalhadores por meio da parceria com o Governo Federal. Pesquisas na época, como a de Barbosa e Deluiz (2008), mostraram que, nesses cursos, destinados aos trabalhadores com baixa escolaridade, o empreendedorismo era apresentado como “a” solução para o problema do desemprego, tratado como um fenômeno de ordem individual e não como resultado do projeto político neoliberal em execução, caracterizado pela privatização e pelo processo de desresponsabilização do Estado com a área social.

Se, na década de 1990, o empreendedorismo juvenil era estimulado, majoritariamente, nas ações educativas realizadas nos chamados espaços não-escolares, no decorrer do novo milênio, passa a ganhar lastro dentro da educação pública institucional. Sobretudo, após a recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para a inclusão no Relatório Jaques Delors (1998) do quinto pilar da educação para o século XXI: aprender a empreender. A expectativa em torno da adição desse novo pilar é a de que as escolas contribuam “para o desenvolvimento de uma atitude mais proativa e inovadora, fazendo propostas e tomando iniciativas. As aprendizagens têm de capacitar cada pessoa a construir seu projeto de vida e orientar a ação das instituições educativas para que isto seja possível” (UNESCO, 2000, p. 14).

A título de exemplo do quanto o empreendedorismo vem adquirindo ambiência cultural nas redes públicas de ensino do país, Costa e Caetano (2021) expõem que, no Estado do Mato Grosso, a partir de 2005, o tema passou a orientar alguns projetos desenvolvidos na rede estadual de educação, através da parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Educação e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) – que, há décadas, atua na disseminação da cultura empreendedora no país.

Naquele ano, o “Programa Aprendendo a Empreender”, fruto dessa parceria, foi desenvolvido experimentalmente em três escolas da rede e expandido para outras unidades nos anos seguintes. Recentemente, a Lei nº 11.233/2020 instituiu as diretrizes para estímulo ao empreendedorismo aos estudantes da última etapa da educação básica, além de também ocupar lugar de destaque no Documento de Referência Curricular para o Ensino Médio, elaborado em 2020 com o intuito de adaptar a rede para implementação do novo Ensino Médio.

Esse movimento é igualmente observado no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Ainda, segundo Costa e Caetano (2021), em 2006, a Lei nº 12.616 instituiu a Política Estadual de Empreendedorismo a ser desenvolvida nas escolas de nível médio e técnicas. Posteriormente, essa legislação foi atualizada pela Política Estadual de Educação Empreendedora (Lei nº

15.410/2019), que prevê, conforme Art. 3-VII, “ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas instituições de ensino por meio da oferta de empreendedorismo nos currículos, objetivando a consolidação da cultura empreendedora” (BRASIL, 2019). E, em 2019, da parceria entre o Sebrae e a Secretaria de Estado de Educação, foi criado o “Programa Jovem RS Conectado no Futuro”, que busca estimular o empreendedorismo nas escolas estaduais por meio da parceria com universidades e instituições privadas.

O Estado do Rio de Janeiro não foge à lógica de fomento ao empreendedorismo juvenil pela via da educação escolar institucional. É uma área do conhecimento que já se faz presente no currículo de muitas escolas da rede estadual, antes mesmo da aprovação da Lei nº 13.415/2017, da homologação do documento da BNCC para o Ensino Médio, em 2018, e da Resolução CNE/CEB nº 3/2018. Isso é viabilizado pela parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e algumas entidades privadas, que, por meio de suas fundações, institutos e Organizações Não Governamentais (ONGs), buscam padronizar a organização do trabalho pedagógico e manter o controle ideológico das escolas. De acordo com Freitas (2014), esse é o objetivo da reforma empresarial.

Na rede estadual de educação do Rio de Janeiro, desde 2014, a ONG “Junior Achievement” (J.A.) desenvolve o “Projeto Trilha Empreendedora”, o qual prevê a aplicação de uma sequência de programas sobre empreendedorismo dentro do currículo do Ensino Médio. Para se ter uma ideia de sua expansão dentro da rede, em 2022, o projeto passou a ser executado em 120 escolas.

O empreendedorismo parece ser a estratégia do capital diante do agravamento do desemprego estrutural. No Rio de Janeiro, a taxa de desemprego aumentou significativamente em decorrência da crise econômica e fiscal experimentada pelo Estado a partir de 2016, levando-o a apresentar uma taxa superior à média nacional.

De acordo com a pesquisa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomercio), de 2019, no terceiro trimestre de 2018, o índice de desemprego fluminense chegou a 14,6%, após sucessivos aumentos. Tal realidade agravou-se com a pandemia da Covid-19, pois, em 2021, o Estado do Rio de Janeiro apresentava a pior taxa de desemprego da região Sudeste, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicados no portal de notícias do G1 (2021). No primeiro trimestre de 2022, o Rio apresentava a terceira maior taxa de desemprego do país, sendo sentida de forma mais intensa pela juventude fluminense. Como retrata Miranda (2022), os jovens entre 18 e 24 anos são os que mais experienciam a dificuldade em conseguir emprego, sendo afetados diretamente pela informalidade, pelas poucas vagas no mercado e pelos baixos salários.

A questão que orienta o presente estudo é a seguinte: considerando as condições objetivas de produção/reprodução da existência dos jovens cariocas e fluminenses, agravadas no atual contexto de ataque os direitos trabalhistas, de redução dos gastos públicos com as políticas sociais e do agravamento do desemprego estrutural, quais as finalidades (implícitas/explicitas) do estímulo ao empreendedorismo aos estudantes do Ensino Médio da rede estadual de educação do Rio de Janeiro? Assim, o presente artigo tem o objetivo de mostrar o modus operandi do setor empresarial para a propagação da ideologia do empreendedorismo aos estudantes da referida rede de ensino. Para tal intento, privilegia as ações desenvolvidas pela ONG “Junior Achievement (J.A)”, financiada por um grupo de empresários e que oferece formação sobre empreendedorismo, educação financeira e preparação para o mundo do trabalho.

2 Procedimentos metodológicos

Metodologicamente, trata-se de pesquisa documental, de abordagem qualitativa, fundamentada teórico-metodologicamente no materialismo histórico e dialético. Entendemos que a referida metodologia possibilita compreender o processo de privatização da rede de ensino do Rio de Janeiro e as ações/movimentações do setor empresarial para a propagação da ideologia do empreendedorismo aos estudantes da rede.

Em diálogo com Marx (1988), consideramos a história um processo dialético e a sociedade, uma totalidade de relações entre humanos que se dá sempre no quadro histórico, particular, de um dado “estágio de desenvolvimento” social. Sociedade aqui, portanto, entendida como produto da ação recíproca dos homens, nas suas ligações sociais. Sendo assim, para o referido teórico, um determinado fenômeno social (um recorte da realidade histórico-social) só é compreensível no contexto no qual se insere, devendo ser estudado/analísado no conjunto das relações que o determinam, isto é, em um “todo estruturado que se desenvolve e se cria como produção social do homem” (CIAVATTA, 2001, p. 123).

O *corpus* adotado neste estudo foi constituído por documentos da ONG “Junior Achievement (J.A.)”, publicados em seu sítio eletrônico. A coleta dos documentos foi feita a partir de sua página eletrônica oficial e da sua filial no Estado do Rio de Janeiro. Nela, encontramos depoimentos da J.A. e informações sobre seus programas de empreendedorismo e o alcance de seus programas na rede estadual de educação do Rio de Janeiro nos últimos anos. Privilegiamos os documentos informativos dos seguintes programas que compõem o “Projeto Trilha Empreendedora”: “Miniempresa”; “Liderança Comunitária”; “Empresa em Ação”; “Minha Ideia de Negócio”; “Innovation Camp”; “StartApp” e “J.A StartApp”.

Com base na Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), realizamos a “desconstrução” dos textos, tendo por pressuposto de que eles expressam, a um só tempo, texto, prática discursiva e prática social. E toda prática social (políticas, culturais, entre outras) apresenta um elemento semiótico, de construção de sentido, somado a outros elementos dialeticamente relacionados: atividade produtiva, meios de produção, relações sociais, identidades sociais, valores culturais e consciência. Assim, para o autor, “discurso e estrutura social constituem-se dialeticamente, em que a última é tanto uma condição como um efeito da primeira.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Com o propósito de identificar as finalidades (implícitas e explícitas) do estímulo ao empreendedorismo aos estudantes do Ensino Médio, a análise buscou desvelar para além do que é visível e proclamado nos documentos. Como ressalta Saviani (2011, p. 209), essa é uma atitude que se faz necessária, pois

[...] a função de mascarar os objetivos reais através dos objetivos proclamados é exatamente a marca distintiva da ideologia liberal, dada a sua condição de ideologia típica do modo de produção capitalista o qual introduziu, pela via do “fetichismo da mercadoria”, a opacidade nas relações sociais (SAVIANI, 2011, p. 209).

À luz dessas considerações iniciais, este texto está organizado em quatro partes. O primeiro momento discorre sobre uma breve conceituação de empreendedorismo com base no pensamento liberal. Em contraposição a essa concepção, a segunda parte apresenta a abordagem crítica do empreendedorismo. A terceira, retrata a capilaridade da influência do setor empresarial dentro da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro de Ensino, tanto no campo da gestão e do currículo quanto nas concepções do Ensino Médio; daí, a defesa irrestrita do setor à atual reforma. A parte final descreve analiticamente as ações da J.A junto aos estudantes da rede, visando a responder à questão de estudo.

3 Empreendedorismo na concepção (neo)liberal

Embora o empreendedorismo tenha adquirido lastro social no Brasil nas últimas três décadas, o termo já existe desde o século XVIII, quando os economistas franceses Jean Baptiste Say e Richard Cantillon afirmaram que o empreendedor era a pessoa que reunia capacidade de produzir, de fazer gestão e de assumir riscos. Sendo assim, o empreendedorismo tem origem no termo francês *entrepreneur*, que significa “aquele que assume riscos e começa algo novo” (CHIAVENETO, 2012).

Nos séculos XX e XXI, a concepção predominante de empreendedorismo é vinculada ao pensamento liberal, tendo por base as ideias do economista austríaco Joseph Schumpeter. Para ele, a ação empreendedora dos empresários é o que possibilita o desenvolvimento econômico, já que, ao serem movidos pelo que denomina de “destruição criativa”, destroem o velho e criam novos produtos, novos métodos de produção e novos mercados. Em suas palavras,

a função do empresário é reformar ou revolucionar o sistema de produção através do uso de uma invenção ou, de maneira mais geral, de uma nova possibilidade tecnológica para a produção de uma nova mercadoria ou fabricação de uma antiga em forma moderna, através da abertura de novas fontes de suprimento de materiais, novos canais de distribuição, reorganização da indústria e assim por diante. (SCHUMPETER, 1961, p. 166).

Daí, a recorrente associação do empreendedorismo à inovação e à descoberta de novas oportunidades, conforme descrito por Baggio (2015, p.26):

O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos. É assumir um comportamento proativo diante de questões que precisam ser resolvidas. O empreendedorismo é o despertar do indivíduo para o aproveitamento integral de suas potencialidades racionais e intuitivas. É a busca do autoconhecimento em processo de aprendizado permanente, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas. (BAGGIO, 2015, p.26)

Como se observa, o empreendedorismo demanda dos indivíduos criatividade e capacidade de idealizar e de colocar projetos em prática. Junto a isso, de acordo com o SEBRAE, é preciso que tenham iniciativa, liderança, perseverança, disposição para correr riscos calculados, eficiência e qualidade, capacidade de planejamento e de organização. Dito de outro modo, um conjunto de competências que podem ser desenvolvidas e aperfeiçoadas ao logo do tempo, inclusive na escola, por meio de uma formação focada no aprender a empreender. Por meio da pedagogia das competências e das habilidades, a escola cumpre a função econômica que lhe é reservada no sistema capitalista: de formar o trabalhador com o perfil demandado pelo mercado em sua especificidade histórica.

Atualmente, na retórica neoliberal, o empreendedorismo é concebido como uma atividade capaz de gerar empregos; uma resposta estratégica para o desemprego estrutural que afeta a economia capitalista globalizada. Essa é a lógica que predomina no Brasil. Como afirma um consultor do Sebrae, aqui “o empreendedorismo passou a ser visto como uma opção de carreira e uma forma de absorver os diplomados e os que por algum motivo não conseguem se colocar no mercado de trabalho” (MONTENEGRO, [2005], s/p). Constituiu-se, assim, na ideologia necessária para a atual fase do sistema de capital, ao tratar os problemas sociais como resultado de ações individuais cuja responsabilidade de resolvê-los é do próprio indivíduo.

Nos últimos anos, o número de empreendedores individuais teve um considerável aumento, passando de 24,5 milhões, em dezembro de 2019, para 26,5 milhões, em 2021. O “Atlas dos Pequenos Negócios”, elaborado pelo SEBRAE, mostra que, de dez empreendedores no Brasil, nove trabalham sozinhos e que “quase metade dos donos de negócios no Brasil ganham até um salário mínimo como renda mensal, enquanto 27% tiravam, por mês, de um a dois salários mínimos”. (ESTADÃO, 2022). Os dados revelam a inserção precária dos pequenos empreendedores no Brasil, ou seja, a outra face da promessa de sucesso divulgada pelas propagandas sobre o empreendedorismo.

O empreendedorismo, porém, não se restringe à perspectiva de mercado, em abrir um negócio/empresa. Há diferentes tipos e formas de empreender, entre elas, o empreendedorismo social. Como o próprio termo anuncia, o principal objetivo é causar impacto social; melhorar as condições de vida de uma determinada comunidade e da sociedade como um todo. Para Dornelas (2002), a finalidade do empreendedorismo social é minimizar ou solucionar problemas sociais, sem o intuito de produzir bens e/ou serviços para obter lucros. Nessa mesma direção, Melo Neto (2002) também afirma não se tratar de um empreendedorismo direcionado ao mercado, mas sim aos segmentos populacionais que enfrentam algumas perturbações de caráter social, como a miséria alimentar, a baixa qualidade e risco de vida.

Na contramão da visão (neo)liberal, encontram-se os teóricos vinculados ao pensamento histórico-crítico, para quem a discussão sobre o empreendedorismo tem sido feita sem considerar a contradição entre capital e trabalho e a estrutura socioeconômica profundamente desigual.

4 O empreendedorismo na perspectiva do materialismo histórico e dialético

São poucos os estudos críticos sobre o empreendedorismo, principalmente os que se fundamentam no método do materialismo histórico e dialético. As poucas abordagens críticas existentes tratam da profunda relação com neoliberalismo e com o crescimento da pobreza e da desigualdade, além de questionar o significado atribuído ao empreendedorismo e a quem interessa tal significado. De um modo geral, a crítica dirigida pelo pensamento histórico-crítico à concepção (neo)liberal de empreendedorismo é a de não problematizar a desigual apropriação da propriedade e das condições para se empreender, como se tratasse somente da capacidade de inovar e de criar – competências essenciais para quem pretende abrir/aprimorar seu próprio negócio ou promover melhorias sociais. Essa concepção, ao desconsiderar as lutas de classes e os antagonismos entre capital e trabalho na sociedade capitalista, acaba por afirmar um conceito a-histórico de empreendedorismo, não sendo “necessárias transformações sociais muito profundas, já que os problemas ocasionados pelas mudanças que o capitalismo vem passando seriam solúveis via o empreendedorismo” (DIAS, 2019, p. 23).

Com efeito, a visão do empreendedorismo reconfigura-se à medida que mudam as exigências para a reprodução do capital e para a manutenção da hegemonia burguesa. Ferraz e Ferraz (2020) chamam atenção para um duplo movimento ocorrido com a mudança da base técnica do processo produtivo – da mecânica para a microeletrônica e automação –, iniciada em meados da década de 1970 nos países de capitalismo central. Para as autoras, em decorrência do exército de sobrantes gerado pela reestruturação produtiva, há o deslocamento do espírito capitalista à ideologia do empreendedorismo e, conseqüentemente, o deslocamento do espírito empreendedor/inovador para a classe trabalhadora, antes atrelado ao empresário/capitalista. No contexto do desemprego estrutural, o empreendedorismo passa a ser “um meio eficiente de garantir a sobrevivência ao modo de produção capitalista”. (FERRAZ, FERRAZ, 2022, p. 112) e para a manutenção da hegemonia burguesa. Essa é a sua funcionalidade.

Marx ressaltou os efeitos das relações capitalistas e desumanizantes sobre a subjetividade humana. Nesse sentido, não se pode secundarizar a degradação crescente das condições de existência de parcela significativa da população na atual fase do capitalismo financeiro-rentista e improdutivo. São nessas condições objetivas, de redução dos postos de trabalho e da crescente expropriação de direitos, que a ideologia do empreendedorismo e o discurso da meritocracia têm conformado a subjetividade de frações dos trabalhadores.

Os autores vinculados ao pensamento histórico ressaltam, portanto, o real sentido e significado que o empreendedorismo adquire nos países periféricos como o Brasil, qual seja, em uma das formas de trabalho precarizado cuja extração da mais-valia ocorre sem que haja necessariamente a figura do patrão. A ideologia empreendedora, nesse sentido, atua para conformar e ocultar a expropriação que há na relação social capital-trabalho, servindo, conseqüentemente, para esmaecer a luta de classe, ao conceber o “empreendedor como um indivíduo que se coloca acima da questão de classe – de ser um trabalhador, ou de ser um capitalista” (VALENTIM; PERUZZO, 2017, p. 117). No entanto, como salienta Ferraz e Ferraz (2021, p. 111), a ausência de uma relação de personificação clássica entre trabalho-capital não reduz as intensas jornadas de trabalho, a condição precária da vida e trabalho e seu pertencimento à classe cuja única propriedade é a capacidade de trabalho”.

Por meio dessa lógica conformadora, o empreendedorismo tem sido apresentado como um projeto de vida viável aos jovens brasileiros. Se, na década de 1990, era fomentado por algumas organizações, por meio de seus projetos sociais, nos anos 2000, passou a conquistar espaço institucional junto ao processo de privatização da educação pública e a capilaridade que os institutos privados conquistaram na escola. No Rio de Janeiro, é possível perceber esse movimento por meio da “Junior Achievement”, que apresenta programas de empreendedorismo desenvolvidos com os estudantes da rede estadual de educação desde 2014.

5 Reforma da Educação e a Rede Estadual do Rio de Janeiro como particularidade: estratégias para conformação da juventude ao empreendedorismo

Nas últimas décadas, observa-se, no Rio de Janeiro, a execução de um conjunto de reformas no âmbito do Estado sob a justificativa de tornar o serviço público mais ágil, eficiente e menos burocrático para o cidadão. Baseando-se em um novo paradigma de gestão, que incorpora o *ethos* do setor privado no setor público, sob a narrativa de modernização e de “empresarização” dos serviços do Estado (NEWMAN; CLARKE, 2012), os princípios da chamada “Nova Gestão Pública” (NGP) orientaram as mudanças efetuadas na/pela SEEDUC a partir de 2010, após a vigésima sexta (26ª) posição ocupada pelo Ensino Médio no *ranking* do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2009. Posição constrangedora, face à importância política e cultural do Rio de Janeiro no contexto nacional. Essa foi a motivação propícia para o aprofundamento da reforma empresarial na Rede Estadual de Ensino durante o Governo de Sergio Cabral (2007-2014).

A lógica gerencial que domina a educação do Estado, nas últimas décadas, vem favorecendo o processo de privatização e o fortalecimento do *ethos* empresarial no interior das escolas públicas, tanto na área da gestão quanto do currículo. O processo de privatização teve início por meio das parcerias público-privadas, com o objetivo de ofertar formação geral integrada à formação profissional no âmbito do “Programa Dupla Escola”, lançado oficialmente em 2012, sem qualquer documento ou legislação que o regulamentasse (FONSECA, 2014).

Em 2014, o referido programa já se fazia presente em 14 colégios, dos quais três funcionava em parceria público-privada. No Colégio Estadual “José Leite Lopes”, a parceria

com a “Oi Futuro” deu origem à Escola do Núcleo Avançado em Educação (NAVE), que oferece cursos profissionalizantes de inovação nas tecnologias digitais. As parcerias também foram feitas com outras empresas e institutos, como “Grupo Pão de Açúcar”, criando o Núcleo Avançado em Tecnologia de Alimentos e Gestão de Cooperativismo (NATA), com o Instituto Ayrton Senna, que deu origem ao “Programa Solução Educacional”, com a *Procter & Gamble* Industrial e Comércio Ltda (*P&G*) e com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) (MOELECHKE; BERTAGNA; BORGHI, 2018).

Assiste-se agora ao empresariamento e à privatização da educação pública de novo tipo. Uma das novas formas de privatização se dá por meio de práticas privadas de mercado, que incidem diretamente na gestão e no planejamento das instituições, “sobretudo na busca de resultados objetivos e dissociados da perspectiva da educação como direito humano fundamental e de formação humana” (PEREIRA, 2019, p.128). Busca-se implantar, na área educacional, uma racionalidade administrativa, da qual a gestão empresarial é o modelo a ser perseguido em nome da eficácia, eficiência, qualidade e produtividade (com custos reduzidos!) e que se materializam nos resultados das avaliações externas e no alcance das metas do IDEB. Esses são os instrumentos privilegiados pelos reformadores para aferir a qualidade educacional.

Para fomentar a gestão escolar comprometida com os resultados, a SEEDUC-RJ, em parceria com o Instituto Falconi, instituiu, em 2011, a Gestão Integrada da Escola (GIDE), acompanhando de perto o fluxo escolar e consolidando a presença da lógica empresarial no “chão da escola”. A venda de pacotes de formação continuada aos docentes e aos gestores tem sido outra estratégia adotada. Tudo isso faz com que os setores empresariais sejam os interlocutores privilegiados na formulação das políticas educacionais, através de suas entidades “filantrópicas” e articulados em movimentos como o “Todos pela Educação”, criado em 2006, e o “Movimento pela Base”, criado em 2013.

No campo do currículo, a presença do setor empresarial se faz sentir de forma mais direta desde a reforma educacional empreendida no Governo Fernando Henrique Cardoso, quando a pedagogia das competências e habilidades passou a ser a pedagogia requerida para a formação do trabalhador de “novo tipo” demandado pelo regime de acumulação flexível. Isto é, um trabalhador polivalente, empenhado a colaborar com o sucesso da empresa, facilmente contratado e demitido, conformado a não ter direitos e adaptável às oscilações do mercado e às mudanças da vida. Para isso, além das competências técnicas (privilegiadas na era fordista), faz-se necessário também o desenvolvimento das seguintes competências:

[...] competências organizacionais (capacidade de autplanejar-se, auto-organizar-se, de gerenciar seu tempo e espaço de trabalho), competências comunicativas (capacidade de expressão e comunicação, de cooperação, trabalho em equipe, diálogo, exercício da negociação), competências sociais (capacidade de transferir conhecimentos da vida cotidiana para o ambiente de trabalho e vice-versa) e competências comportamentais (iniciativa, criatividade, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência da qualidade e das implicações éticas do seu trabalho) (DELUIZ, 2004, p. 75).

Para os reformadores e neoliberais, na atual era de extrema incerteza, de volatilidade e de indeterminação, são comportamentos igualmente importantes as pessoas saberem lidar com suas próprias emoções durante um momento difícil e buscarem estratégias e caminhos com vistas à resolução dos problemas cotidianos. Sendo assim, junto com as competências destacadas por Deluiz (2004), é preciso que as escolas desenvolvam as chamadas

“competências socioemocionais”, tais como resiliência, empatia, foco, responsabilidade, criatividade e aprendizado sobre como lidar em situações nas quais se está sob estresse e pressão. E, tendo em vista a facilidade de acesso às informações possibilitada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, mais do que valorizar a aprendizagem dos fundamentos dos diversos campos científicos, o currículo escolar deve priorizar o campo das linguagens (Língua Portuguesa e Matemática).

Também deve privilegiar o desenvolvimento de um conjunto de competências que garanta aos sujeitos maiores condições de empregabilidade em um mundo em constantes transformações – o que, em síntese, significa estar disponível para todas as mudanças, pronto para trocar constantemente de trabalho. Essa era a finalidade da educação escolar, conforme as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio de 1999: conformar/adaptar os trabalhadores à nova configuração do mercado de trabalho e à nova sociabilidade capitalista, tratando-as como algo natural e não como resultado do processo histórico e cultural, que podem ser transformadas pela ação humana – consciente e coletiva.

À medida que avança o processo de privatização da educação pública, altera-se o discurso sobre o papel da escola frente ao crescimento do desemprego e da desigualdade social. Enquanto a empregabilidade foi uma das ideias centrais da reforma educacional da década de 1990, nas primeiras décadas do século XXI, o empreendedorismo passa a ser proposta privilegiada para a (con)formação dos jovens que vivem do trabalho. Não por acaso, aprender a empreender constitui-se no novo pilar da educação para o novo milênio.

No Rio de Janeiro, um dos modelos de Ensino Médio oferecido na rede estadual tem o empreendedorismo como principal eixo formativo. Trata-se do Ensino Médio de Tempo Integral com Ênfase em Empreendedorismo Aplicado ao Mundo do Trabalho, instituído pela Resolução SEEDUC nº 5586, lançada em novembro de 2017, cuja matriz curricular é estruturada em duas partes: Áreas de Conhecimento e Núcleo Articulador. Este último é formado pelos seguintes componentes curriculares: Projeto de Vida e Mundo do Trabalho, Projeto de Intervenção e Pesquisa, Estudos Orientados e Empreendedorismo.

Tal curso é organizado a partir da parceria firmada com o Instituto Ayrton Senna e com o SEBRAE e é oferecido em 166 escolas da rede, tendo como objetivo “desenvolver, a partir da leitura crítica dos conceitos de educação financeira, tomada de decisões e estímulo ao desenvolvimento de estratégias, no contexto contemporâneo das relações sociais e fluxo de informação” (RIO DE JANEIRO, 2017, p. 10).

A fim de conquistar o consenso de jovens e de seus familiares, a SEEDUC-RJ produziu um vídeo sobre a formação em empreendedorismo, veiculado no seu canal do *Youtube*, na internet. A propaganda mostra um jovem que, a partir do curso e com a ajuda financeira inicial dos pais, começou a vender gelo de sabor. Em certo momento, o pai do jovem relata: “Desde que ele começou a empreender, ele não me pede mais nada, paga as contas sozinho e está indo bem” (SEEDUC-RJ, 2022). Informa ainda que o rapaz não deve parar naquela etapa, embora seja um bom começo. O vídeo retrata o sentido do protagonismo juvenil presente nos discursos e nos documentos governamentais, das organizações empresariais e dos organismos internacionais: ser protagonista é ser empreendedor.

Em diálogo com Kossak (2020), entendemos que os conceitos disseminados pelo capital, como autonomia, protagonismo juvenil e empreendedorismo buscam criar um comportamento social que isenta o Estado de responsabilidade ao incentivo, à criação e à oferta de postos de trabalho, restringindo ainda mais a possibilidade de os jovens trabalhadores construírem planos de futuro a longo prazos.

Além de preparados socioemocionalmente para lidar com as frustrações e as adversidades da vida, precisam estar prontos para as novas exigências requeridas pelo mercado de trabalho, vivenciando de forma natural os valores e princípios do neoliberalismo, tais como individualismo, competitividade e meritocracia. Isso impõe o esvaziamento da dimensão política da educação e da pedagogia crítica e a redução do conteúdo escolar, considerado excessivamente teórico e sem muita correspondência com a vida prática. Em vez de um trabalhador que questione as precárias condições objetivas e subjetivas de reprodução de vida, objetiva-se a formação de um indivíduo adaptável às imprevisibilidades e às mudanças constantes e que saiba resolver seus problemas e controlar suas emoções.

6 “Junior Achievement” e o papel da (con)formação dos jovens trabalhadores

A “Junior Achievement” (J.A) foi fundada nos Estados Unidos, em 1919, e autodescreve-se como “a maior e mais antiga organização de educação prática em negócios, economia e empreendedorismo do mundo” (J.A, [2022], s/p). Atua em 120 países e no Brasil se faz presente em todas as Unidades da Federação e no Distrito Federal. No Rio de Janeiro, foi fundada em 1999, sob a liderança de Marcelo Carvalho, da Ancar Ivanhoe, considerada uma das maiores empresas de shopping centers do Brasil. Segundo informativo de um dos seus sítios eletrônicos, a instituição é mantida pela iniciativa privada e apresenta-se como uma associação educativa sem fins lucrativos. Além disso, apresenta como objetivo despertar o espírito empreendedor nos jovens, ainda na escola, estimulando o seu desenvolvimento pessoal, proporcionando uma visão clara do mundo dos negócios e facilitando o acesso ao mercado de trabalho.

A inserção da J.A nas escolas da rede estadual do RJ ocorreu por meio do “Projeto Trilha Empreendedora”, iniciado em 2014, e que prevê a aplicação de uma sequência de programas no currículo de Ensino Médio. Conforme divulgado no sítio eletrônico da ONG, em 2021, o “Trilha Empreendedora” foi implementado em 80 escolas de 19 municípios do estado, passando a atender 120 escolas de 39 municípios, em 2022, contabilizando 300 mil estudantes atendidos desde o início da parceria.

O projeto é viabilizado pelo investimento e participação de voluntários de empresas de diversos setores, “unidas em prol da educação” (J.A, 2020, s/p), como a Fundação Casas Bahia, a Michelin e empresas do setor de óleo e gás associadas ao Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP). De acordo com o documento descritivo dos Programas da ONG, lançado em 2020, a J.A oferece a metodologia, o material didático dos alunos e realiza a capacitação dos professores da rede e dos voluntários das empresas parceiras que irão aplicar a sequência de programas em sala de aula.

Entre os programas trabalhados, estão: “As vantagens de permanecer na escola”; “Conectado com o amanhã”; “Vamos falar de ética”; “As habilidades para o sucesso”; “Meu dinheiro, meu negócio”; “Liderança comunitária” e “Miniempresa”. Seguindo a mesma a lógica defendida pelo Sebrae (2020), de que “a ideia é despertar os sonhos e abrir perspectivas para jovens estudantes de escolas públicas em situação de vulnerabilidade social”, é possível deduzir pelos programas propostos que o projeto atua no fomento ao chamado empreendedorismo empresarial e empreendedorismo social, baseando-se, por um lado, na noção de uma “trilha para o sucesso”, isto é, um caminho para o alcance de um lugar que necessariamente significa realização financeira, e, por outro, na formação de lideranças comunitárias.

Na formação para o empreendedorismo, a J.A desenvolve os seguintes programas: “Miniempresa; Liderança Comunitária”; “Empresa em Ação”; “Minha Ideia de Negócio”;



“Innovation Camp”; “Montando a sua Carreira”; “Meu Robô”; “StartApp”; “J.A StartApp”; “Mulheres Empreendedoras” e “Introdução ao Mundo do Negócio”. A educação empreendedora não se restringe aos estudantes da última etapa da educação básica, já que os programas “Empresa em Ação” e “Introdução ao Mundo dos Negócios” são oferecidos aos estudantes do Ensino Fundamental. Vejamos a proposta de cada um desses programas presentes no Ensino Médio.

O “Miniempresa” é organizado em quinze encontros, com carga horária de três horas e meia cada, visando levar os estudantes a criarem sua empresa do zero. Por meio de estudos sobre o papel da livre iniciativa, visibilidade e pesquisa de mercado, captação de recursos, determinação do capital inicial e custos operacionais do negócio, “são apresentados todos os conceitos de empreendedorismo e de livre iniciativa, envolvendo recursos humanos (RH), finanças, produção, marketing e vendas” (J.A, 2020, s/p).

Na simulação de uma empresa, os alunos “criam seus próprios produtos, fazendo relatórios, calculando lucro, devolvendo dinheiro aos seus acionistas e passando por toda a experiência de como ter um empreendimento verdadeiro” (J.A, 2020, s/p). Com uma concepção reificada dos jovens trabalhadores e objetivando internalizar e tornar natural a cultura empresarial entre eles, as atividades propostas ignoram por completo a realidade histórica e concreta da maioria dos estudantes da rede estadual do Rio de Janeiro. Realidade essa que vivencia, em seu cotidiano, as consequências do alto índice de desemprego, das ocupações informais e a precarização das condições de produção e reprodução da existência.

Outro programa voltado para o Ensino Médio é o “Liderança Comunitária”, dividido em doze encontros de três horas cada, com vistas a proporcionar “a experiência da criação e operação de uma organização comunitária”. Para isso, os alunos analisam a situação da comunidade local, “detectam um aspecto a ser melhorado, constituem uma organização, elaboram um projeto de serviço comunitário e praticam liderança” (J.A, 2020, s/p). Em outras palavras, os princípios da liderança são aplicados em projeto voltados para a resolução dos problemas da comunidade em que residem.

Cabe aqui, portanto, uma problematização sobre o programa liderança comunitária: sem provocar a participação dos jovens nos espaços decisivos e decisórios da sociedade e sem questionar as consequências socioambientais do atual padrão de acumulação capitalista e da redução dos gastos públicos com as políticas sociais, o programa propõe a formação de lideranças empenhadas em resolver os problemas comunitários por meio de um associativismo voluntário, servindo para isentar o Estado de suas responsabilidades na garantia dos direitos sociais.

Na mesma lógica do capital social difundido por Putnam (2002) e pelos organismos internacionais na virada do novo milênio, a liderança desejada é semelhante àquela prevista no “Projeto da Terceira Via” (GIDDENS, 2005), que, agora, sob o símbolo da inovação e da criatividade, evoca o protagonismo juvenil para a resolução dos problemas locais, contribuindo para manter a pobreza e a desigualdade social em níveis sustentáveis e, conseqüentemente, garantir a governabilidade.

Essa parece ser a função político-social do programa liderança comunitária desenvolvido pela J.A, constituindo-se em uma nova estratégia para a gestão da pobreza (CATINI, 2020). Além de desenvolver as competências necessárias para a ação empreendedora, tais como percepções de oportunidade, de criatividade, de resiliência, de força de vontade e de disposição, o empreendedorismo social apresenta um modo ativo e transformador dos valores da sociedade (DORNELAS, 2003), com vistas a estimular os jovens à realização de trabalhos voluntários nos bairros periféricos.

Como afirma Catini (2020, p. 63), “reformas de parques, manutenção de praças, escolas, organização de mutirões etc são atividades da juventude protagonista”. Entende-se, assim, que a essência do empreendedorismo consiste em proporcionar uma nova forma de agir e de pensar. E para isso, como ressalta a autora, o empresariado tem dominado não apenas o campo da produção, mas também o da reprodução social, transformando a questão social em uma questão empresarial por meio de suas organizações filantrópicas. A crítica principal a esse modelo de organização é que não há um questionamento das causas produtoras das condições de pobreza e, conseqüentemente, um movimento para combatê-la pela raiz, mas apenas para aliviá-la. O que é algo positivo para o capital, pois manter a pobreza em níveis sustentáveis contribui para a manutenção da governabilidade e não coloca em risco as condições necessárias para a acumulação.

A resolução de problemas é a tônica de outros programas desenvolvidos pela J.A, a exemplo do “Minha Ideia de Negócio” e do “Innovation Camp”. O primeiro, com carga horária de oito horas por aula, funciona como uma competição online em que os alunos recebem mentoria para desenvolver suas ideias e participam de uma final presencial, tendo de três a cinco minutos para apresentar seus projetos e despertar nos jurados (um suposto investidor ou cliente) o interesse pelo seu negócio. Constitui-se em oportunidade de “colocar jovens empreendedores em contato com mentores no mundo dos negócios” e de apresentarem suas ideias.

O “Innovation Camp”, com a mesma carga horária, visa a levar os estudantes – organizados em equipes – a encontrarem, em um curto prazo, “soluções inovadoras para um desafio proposto pela empresa”, contando, para isso, com auxílio de “mentores e voluntários”. São estimulados a trabalharem em equipe para resolverem os problemas com rapidez e eficiência. Além de participarem de uma palestra em que são apresentados os princípios da filosofia e da metodologia da “atitude empreendedora”. Dessa forma, vemos um exemplo do estímulo ao “espírito empreendedor” em que uma série de atitudes e valores são ensejados para ser um empreendedor de sucesso. A questão aqui é que tal realidade é uma exceção, não configurando a realidade da maioria como em dados já explorados nas seções anteriores. Para Ferraz (2022, p. 110), isso acontece não porque falta “fé” ou determinação, mas porque “[...] para empreender seria necessário uma série de condições materiais, cuja principal é ter capital acumulado ou meios para dele se apropriar e personalizar o movimento necessário de expansão capitalista [...]”. (FERRAZ, 2022, p.110)

Há também uma espécie de orientação vocacional, buscando orientar os jovens para a construção de um projeto profissional com base em informações sobre as carreiras em crescimento e as que apresentam condições mais vantajosas, especialmente nas áreas da Ciência, Tecnologia, Engenharias e Matemática. Esse é o objetivo do programa “Montando sua Carreira”, de três horas por aula, organizado em três sessões de atividades, assim denominadas: “Oportunidades não faltam”; “Atue na Função”; “Etapas para o Sucesso”.

Por último, há ainda os Programas “Startapp” e “J.A Startup”. O primeiro é organizado com uma duração de quatorze semanas, visa “proporcionar aos estudantes o desenvolvimento de competências empreendedoras”. Nele, os estudantes em equipe criam aplicativos, por meio do uso de “metodologias inovadoras”, e apresentam seus produtos aos jurados no final. Nessa mesma lógica, o Programa “J.A Startup” incentiva os jovens a criarem suas *startups*, isto é, “um negócio temporário focado na inovação de produtos ou serviços e que está sob riscos constantes até adquirir um modelo de negócio que seja palpável e de crescimento” (TORRES; SOUZA, 2016, p.385).

Alguns exemplos de *startups* são empresas como “Buser”, “Uber”, “Ifood” ou a empresa educacional “Descomplica”, que se beneficiam da chamada “flexibilização do trabalho” regulamentada pela Lei da Terceirização (Lei nº13.419/2017). Dito de outro modo, os mecanismos de inovação atribuídos como um dos elementos responsáveis pelo sucesso e lucro das empresas são, na verdade, a precarização das condições e das relações de trabalho a que os trabalhadores estão submetidos. Esses trabalhadores são tratados como “empreendedores” e/ou “colaboradores” como forma de desvincular o compromisso e a responsabilidade das empresas para consigo.

Os programas apresentados tomam como princípio a ideia de que o sucesso é resultado de atitudes individuais, isto é, uma questão de planejamento, de esforço, de dedicação e de perseverança, sem levar em consideração as estruturas econômicas, políticas e sociais que influenciam a história e a produção/reprodução da existência dos jovens. No atual padrão de acumulação capitalista e das relações precárias de trabalho, as perspectivas de empregos que se anunciam para juventude periférica são os mediados por plataformas digitais, isto é, uma nova forma da superexploração do trabalho, como os *motoboy*s e *bikeboy*s (ABÍLIO, 2019). Sendo assim, quantos, de fato, têm/terão a oportunidade de trilhar os caminhos para o sucesso, conforme a visão feiticizada dos jovens e da sociedade propalada pela “Junior Achievement”?

No movimento de buscar identificar as finalidades (implícitas/explicitas) do estímulo ao empreendedorismo aos estudantes do Ensino Médio da rede estadual do Rio de Janeiro, no atual contexto de retirada dos direitos trabalhistas, de redução dos gastos públicos com as políticas sociais e do agravamento do desemprego estrutural, chegamos a algumas considerações. Não se trata apenas de conformar os trabalhadores para as novas relações flexíveis de trabalho, mas também de abrandar os antagonismos entre capital e trabalho e as lutas de classe na medida em que induz o trabalhador a se identificar como um investidor/empresário ou como um trabalhador mais autônomo, alguém com maior liberdade/flexibilidade para gerenciar seu tempo de lazer e de trabalho. A partir dessa falsa liberdade, o empreendedorismo configura-se para a maioria dos trabalhadores uma forma disfarçada de exploração de trabalho, já que contribui para dissimular a verdadeira posição da classe trabalhadora no sistema produtivo.

Ademais, ao incentivar os jovens a uma atitude proativa na resolução dos problemas de ordem individual ou das comunidades, o empreendedorismo social contribui para um novo meio de gerir a pobreza e de garantir a coesão social e a governabilidade. Embora o empreendedorismo seja um dos eixos dos itinerários formativos na matriz curricular do “novo” Ensino Médio, verifica-se que ele já havia adquirido ambiência na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, e sua prática já era estimulada em muitas escolas, antes mesmo da aprovação da Lei nº 13.415/2017. Isso se deve ao avanço do processo de privatização da educação pública, que ocorre, entre outras formas, pela atuação dentro das redes de ensino de organizações sociais vinculadas aos interesses do capital, como é o caso da ONG “Junior Achievement”.

5 Considerações Finais

O conjunto de programas desenvolvidos pela “J.A.” desvela uma das faces da ação dos grupos privados em torno do Novo Ensino Médio projetado para as camadas populares. O estímulo ao empreendedorismo e a retomada da pedagogia das competências e habilidades desvelam a finalidade da atual reforma do Ensino Médio: conformar os jovens da classe trabalhadora a inserção precária no mercado e a naturalizar as desigualdades socioeconômicas.

O empreendedorismo acaba por reforçar o Estado “mínimo” para com as políticas sociais, ou seja, reafirma uma política de austeridade para com a classe trabalhadora ao reverter

direitos e ao transferir para o indivíduo a responsabilidade em resolver as mazelas produzidas pelo capitalismo. Essa mesma condição não está inscrita para o grande capital nacional e internacional, a exemplo de perdão de dívidas e isenções fiscais. Como ressalta Frigotto (2011, p. 28), sob o discurso de “ser dono do próprio negócio”, desloca “a responsabilidade para a grande massa de trabalhadores, que, por diferentes razões, não são necessários ou não se enquadram nas exigências do mercado, para que busquem a sobrevivência por conta própria”. Segundo o autor, para a maioria da classe trabalhadora, traduz-se em um “convite ao trabalho informal e precário, totalmente desprotegido dos direitos sociais”.

À luz do que aqui foi retratado, constata-se que a expectativa de futuro não é nada esperançosa para os jovens, face às reformas trabalhista e previdenciária, ao ataque aos direitos e à falta de estabilidade do trabalho. A aprovação na Câmara dos Deputados da Medida Provisória nº 1.099/2022, que cria o Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário, confirma a naturalização dos precários vínculos empregatícios da força de trabalho no Brasil, ao prever a oferta pelas prefeituras de cursos de qualificação e de trabalhos temporários aos jovens de 18 a 24 anos e aos trabalhadores acima de 50 anos, com remuneração em torno de R\$ 5,51/hora (UOL, 2022). É nesta lógica que se insere o Novo Ensino Médio e a ênfase conferida ao empreendedorismo pelos reformadores empresariais, que, por meio de suas organizações sociais, exercem influência “organizativa” e “diretiva” e alteram o sentido da educação.

Os programas desenvolvidos pela “ONG Junior Achievement” e que integram o “Projeto Trilha Empreendedora” vinculam-se tão somente à esfera unidimensional das necessidades do capital e de seus modos de governança. As ideias de inovação e de criatividade impulsionadas pelo empreendedorismo não são forjadas para a construção de uma sociedade justa e igualitária, mas para conformar os trabalhadores às novas formas de exploração e reforçar a especificidade histórica brasileira de capitalismo dependente. Resistir à privatização da educação pública é tarefa urgente para os que se colocam na luta pela formação integral dos trabalhadores e em defesa de uma educação crítica e comprometida com a transformação social.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n.3, 2019.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistasi/article/view/612>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BARBOSA, Carlos Soares; DELUIZ, Neise. Qualificação profissional de jovens e adultos trabalhadores: o programa nacional de estímulo ao primeiro emprego em discussão. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.34, n1, jan/abr. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política

de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Portal da Legislação**, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.419, de 13 de março de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio, entre empregados, da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 mar. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13419.htm. Acesso em: 26 ago. 2022.

CATINI, Carolina. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 53-68, outubro/novembro/dezembro 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4. ed. Baueri/ SP: Manole, 2012.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

COSTA, Marilda; CAETANO, Maria. Um novo *ethos* educacional no ensino médio: da formação integral ao empreendedorismo. **Revista Exitus**, v. 11, n. 1, 2021. DOI: 10.24065/2237-9460.2015v1n1ID1655.

DELUIZ, Neise. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. **Boletim Técnico do Senac**, v. 30, n. 3, p. 73-79, 1 set. 2004.

DIAS, Graziany Penna. **Empreendedorismo, educação e sociabilidade: a radicalização do indivíduo como sócio majoritário de si**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo Corporativo**. São Paulo: Elsevier, 2003.

ESTADÃO. **Quase 90% dos empreendedores não têm funcionários e metade ganha só um salário mínimo**. Estadão, 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/pme/empreendedor-solo-sebrae-mei-negocios/>. Acesso em: 26 ago. 2022.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEEDUC nº 5586, de 24 de novembro de 2017, **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 24 nov. 2017.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. **Após aulas de empreendedorismo, aluno abre o próprio negócio**. *Youtube*. 10 jan. 2022. 2 min. 41s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nux8mqKrhHl>. Acesso em: 26 ago. 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.



FERRAZ, Janaynna; FERRAZ, Deise. Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico-materialista. **Cad. EBAPE.BR**, v.20, nº1, Rio de Janeiro, jan./fev. 2022. p. 105-117.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/ScBZSdpKpQNHGP9jnbCTHXf/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 13 ago. 2022.

FONSECA, Leonardo Dias da. **O Ensino Médio Integrado e o Programa Dupla Escola**. 2014. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2067141. Acesso em: 26 ago. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. *In*: ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lauriana (org.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011, p. 18-35.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

INSTITUTO FECOMERCIO DE PESQUISAS E ANÁLISES. **Rio de Números**: análise dos dados socioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro. 2019. Disponível em:

http://www.fecomerciorj.org.br/sites/default/files/fecomerciorj/files/pagina_arquivo/rio_em_numeros_ano1_numero01_print_completo_ifec_0.pdf. Acesso em 20 maio 2021.

INSTITUTO UNIBANCO (org.). **A crise de audiência do Ensino Médio**. São Paulo, Instituto Unibanco, 2008.

JUNIOR ACHIEVEMENT. **Quem somos?** JARJ, [2022]. Disponível em:

<https://www.jarj.org.br/quem-somos/>. Acesso: 12 ago. 2022.

JUNIOR ACHIEVEMENT. **Informativos**, [2022]. Disponível em:

<http://www.jarj.org.br/informativos.php>. Acesso em: 26 ago. 2022.

JUNIOR ACHIEVEMENT. **Descritivo do programa de empreendedorismo**, 2020.

Disponível em: <https://www.jarj.org.br/programas/ensino-medio/empreendedorismo/>. Acesso 20 maio 2022.

KOSSAK, Alex. **Novo Ensino Médio ou renovação das condições de manutenção da velha dualidade educacional?** Dissertação [Mestrado em Educação] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 332 f. 2020.

LEHER, Roberto. Educação e neofascismo no governo Bolsonaro. *In*: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R.; CHABALGOITY, Diego (org.).

(Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 47-83.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MIRANDA, Eduardo. **Mais afetados pelo desemprego, jovens do Rio de Janeiro contam sobre as dificuldades de conseguir trabalho**. Brasil de Fato: Rio de Janeiro, 2022.
Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/15/mais-afetados-pelo-desemprego-jovens-do-rj-contam-sobre-as-dificuldades-de-conseguir-trabalho>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MOEHLECKE, Sabrina; BERTAGNA, Regiane Helena; BORGHI, Raquel Fontes. Privatização na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro: desvelando estratégias da inserção do setor privado. In: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). Curitiba: CRV, 2018. p. 159-190.

MONTENEGRO, Martinho C. **Empreendedorismo e intraempreendedorismo**: a bola da vez. Disponível em:
[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3055B130E0BFDA0D8325767700400E87/\\$File/NT00042DAA.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3055B130E0BFDA0D8325767700400E87/$File/NT00042DAA.pdf) Acesso em: 12.out. 2021.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 2, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/29472>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PEREIRA, Rodrigo da S. Governança corporativa na política educacional: o papel da OCDE. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia - Brasil, v. 15, n. 31, p. 123-146, jan./mar. 2019.

PORTAL G1. **RJ tem a pior taxa de desemprego e a maior queda na renda da Região Sudeste**. G1Globo: Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/01/rj-tem-a-pior-taxa-de-desemprego-da-regiao-sudeste.ghtml>. Acesso em 25 ago. 2022.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro/RJ: FGV, 2002.

SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas, 12. ed. revisada, Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

SCHUMPETER, Joseph. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEBRAE-RS. **Sebrae RS é parceiro do Programa Jovem RS Conectado ao Futuro**. Organização irá atuar na elaboração das competências para identificar as escolas empreendedoras. 26/9/2019. Disponível em: <<https://sebraers.com.br/sebrae-rs-e-parceiro-do-programa-jovem-rsconectado-ao-futuro/>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

TORRES, Nágila Natália; DE SOUZA, Cleidson. Uma Revisão da Literatura sobre Ecosistemas de Startups de Tecnologia. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE

INFORMAÇÃO (SBSI), 12. , 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2016. p. 385-392. DOI: <https://doi.org/10.5753/sbsi.2016.5986>.

UNESCO. **O Marco de Ação de Dakar Educação Para Todos**: atendendo nossos compromissos coletivos. Dakar, Senegal: Cúpula Mundial de Educação, 2000.

UOL. Câmara aprova programa de emprego sem carteira, por R\$ 5,51/hora e curso. **UOL Economia**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/11/trabalho-civil-voluntario-camara.htm>. Acesso em: 26 ago. 2022.

VALENTIM, Erika Cordeiro; PERUZZO, Juliane Feix. A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2017v17n34p101-126>.

Recebido em agosto de 2022.

Aprovado em novembro de 2022.